



27 de Julho de 2020

EM DEFESA DO CARÁTER PÚBLICO, GRATUITO, PARA TODOS E EM TODOS OS NÍVEIS DA EDUCAÇÃO; É URGENTE A CONVOCAÇÃO DAS ASSEMBLEIAS, PARA COLOCAR EM PÉ A RESISTÊNCIA COLETIVA, COM O MÉTODO DA AÇÃO DIRETA, PELOS EMPREGOS, SALÁRIOS, DIREITOS E CONDIÇÕES SANITÁRIAS!

Contatos: www.pormassas.org | e-mail: por@pormassas.org

O FINANCIAMENTO É PARTE DA CRISE GERAL DA EDUCAÇÃO

Aprovado o Fundeb, a luta contra a decomposição do ensino permanece

No dia 21 de julho, a Câmara dos Deputados aprovou um substitutivo da PEC 15/2020, garantindo o caráter permanente ao Fundeb (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica), obrigando a um aumento do percentual das verbas destinadas pela União, que deverá chegar a 23% em 2026, entre outras medidas. Falta ainda a aprovação no Senado.

As entidades estudantis e de trabalhadores em Educação em todo o país comemoraram a votação como uma “vitória histórica”. Havia, de fato, um risco de um retrocesso muito significativo, caso não houvesse a aprovação, dado que o prazo estipulado para o Fundo expiraria em 31/12/2020. Caso essa via se concretizasse, a Educação em todo o País certamente entraria em colapso, piorando o quadro que já é terrível. Vale ressaltar que essa hipótese foi não só aventada, mas abertamente defendida por parlamentares ligados ao bolsonarismo, do PSL e PSC.

A conjuntura, marcada pelo cruzamento das crises econômica e pandêmica, ao colocar no horizonte uma quebra financeira de enormes proporções, reforçava o apelo favorável a uma restrição orçamentária na Educação, do ponto de vista da burguesia. Essa perspectiva apareceu sem floreios nos maiores veículos de imprensa do país, como a Globo. A lógica do discurso impunha um questionamento: o que fazer com o Fundo depois de terem sido aprovadas as “reformas” da previdência, trabalhista, PEC do Teto etc., todas dirigidas a um “encolhimento” do Estado?

Citemos um exemplo: segundo um colunista do UOL, “apesar de ser indiscutível que a educação básica brasileira precisa melhorar (e muito!), o aumento de gastos federais preocupa, uma vez que vivemos um problema fiscal, para o qual tentamos fazer reformas para diminuir os gastos, e não os aumentar”. Até aí, nenhuma novidade. Trata-se do discurso burguês, apelidado de “neoliberal”. Não custa lembrar que o Ministro da Economia, Paulo Guedes, se coloca como um grande entusiasta das

privatizações e da liquidação da economia estatal - desde que ninguém toque nas garantias ao capital financeiro, especialmente no que se refere à dívida pública.

Não podemos ignorar o lobby exercido pelos poderosos grupos capitalistas que parasitam o orçamento educacional, além do peso considerável dos salários do funcionalismo na economia de conjunto. Faziam parte desse emaranhado de interesses, aspectos mais pontuais e mesquinhos, como o “toma lá, dá cá” do governo Bolsonaro em torno de votações consideradas estratégicas, a exemplo da proposta do “Renda Brasil”, que viria a substituir o “Bolsa Família”. Há também as negociatas ao redor da eleição para a presidência do Senado. Enfim, integraram o contorno da votação inúmeros elementos, de tal forma que o único que deveria importar, que é o ensino em si, passou longe das considerações.

Daí o discurso das burocracias sindicais assumir um caráter oportunista e demagógico, a exemplo da direção da Apeoesp, que abusou do tom existista, dizendo: “contribuímos de forma decisiva para que se criasse na sociedade paulista a necessária pressão sobre a Câmara dos Deputados”. E como se deu a tal pressão? “Foram realizadas audiências públicas, encontros e lives, nesse tempo de pandemia. Foram realizadas, ainda, pesquisas e publicados materiais explicativos e de mobilização. Nas redes sociais alavancamos a hashtag #votafundeb. Coletamos assinaturas em manifesto eletrônico e inundamos e-mails e whatsapp de deputados com nossas mensagens”.

A burocracia precisa colocar a realidade de cabeça para baixo para jogar confetes em si mesma. Não fez nada de efetivo, permanecendo esse tempo todo debaixo da política burguesa do isolamento social, fazendo ações virtuais completamente inócuas. O Fundeb, todavia, acabou sendo aprovado apesar do

imobilismo da direção. Evidentemente, não podia perder a oportunidade de reclamar a sua autoria. Sabemos que a burocracia é ávida por apresentar à sua base qualquer medida como “grande vitória”.

Sendo assim, se viu obrigada a conferir um peso obviamente desproporcional à inofensiva campanha virtual que empreendeu. E como não poderia deixar de ser, a própria Maria Izabel, presidenta do sindicato e deputada petista, fez questão de colocar em relevo os “esforços” com o “nosso mandato parlamentar”.

A aprovação do Fundeb, contrariando interesses do governo, se deveu à pressão de governadores e prefeitos sobre a maioria dos partidos. Se as consequências dessa pressão não atingissem o jogo eleitoral e o futuro dos parlamentares, não haveria a aprovação. Há que considerar, também, que o governo Bolsonaro tem se mostrado incapaz de se impor diante do Congresso Nacional. Essa derrota do governo se deveu às divisões interburguesas, e não ao trabalho realizado pelos sindicatos. A campanha virtual serviu tão somente ao jogo de interesses federativos, que se refletiu no Congresso oligárquico em favor dos governadores e prefeitos.

Com isso, não pretendemos minimizar a importância do financiamento. A questão é outra. Ao menos dois problemas muito graves decorrem dessa atitude da burocracia sindical: o primeiro é de método. Sabemos que a burguesia está realizando, simultaneamente à aprovação do Fundeb, uma série de outros ataques, alguns no bojo do próprio Fundo. Afinal, o que impede que essas verbas adicionais sejam dirigidas para o Ensino à Distância ou para as Escolas Militares? Nada impede. E onde entra a questão do método? Ora, na medida em que as direções seguem alimentando ilusões nas ações virtuais, medidas judiciais e intervenções parlamentares, acabam desviando os trabalhadores do único caminho capaz de mobilizar a força social suficiente para arrancar conquistas efetivas, que é o método da ação direta.

O segundo problema – que, para nós, da Corrente Proletária na Educação / POR, é decisivo – tem a ver com a caracterização da falência do ensino, mais especificamente na identificação de sua raiz. Algumas teses aparecem com mais frequência nesse debate, como a da falta de verbas, a da má gestão, do “modelo” e há até quem encontre no currículo um bode expiatório.

Certamente, aí estão alguns dos ingredientes desse angustioso que é o fracasso do ensino brasileiro. Os recursos são escassos, o pouco que tem é desperdiçado, aplicado num formato arcaico e concretizado através de um currículo absolutamente divorciado do mundo real. É preciso somar a esses fatores a situação de vida em geral da maioria, marcada pela miséria e pela violência. Tudo isso misturado resulta em que o estudante não encontra as condições para aprender, nem os professores para ensinar. E assim, no melhor dos casos, não saímos do lugar, quando não regredimos.

A burocracia sindical pode até concordar com essa formulação. O que nos diferencia, porém, é que demonstramos que esses fatores não passam de sintomas de uma enfermidade mais profunda. A finalidade da Educação, que é o conhecimento, é impossível de se consumir plenamente sob o modo de produção capitalista. Isso porque a propriedade privada dos meios de produção se ergue como uma barreira intransponível entre os estudantes e a produção social, ou seja, entre o sujeito e o objeto do conhecimento. Foi o capitalismo foi às últimas consequências da separação entre a teoria e a prática, entre o trabalho intelectual e o manual, entre o pensar e o fazer.

Um exemplo concreto: diante do problema número um da humanidade nesse momento, que é a pandemia do Coronavírus, as escolas e universidades do mundo todo, mesmo nos países onde foi possível efetivar a pedagogia burguesa mais avançada, passam longe do estudo científico aplicado, voltado à busca da cura (no caso, da vacina). Apenas alguns centros ultra-especializados, associados e controlados pelos grandes laboratórios da indústria monopolista estão debruçados sobre essa tarefa primordial. Ademais, a crise estrutural do capitalismo, que possui em seu núcleo o fenômeno da superprodução, atua como camisa de força, bloqueando o desenvolvimento da ciência em geral.

Como se vê, as raízes da falência do ensino são muito mais profundas e, por isso, a burocracia sindical acaba jogando um papel reacionário ao alimentar ilusões junto ao professorado quanto aos efeitos supostamente milagrosos, decorrentes da manutenção do Fundeb. Em outras palavras: como as direções já estão “cantando vitória”, os trabalhadores ficarão esperando por uma solução que não virá.

O papel da vanguarda com consciência de classe é justamente o contrário: devemos falar a verdade aos trabalhadores, mostrando que os problemas mais candentes enfrentados no chão de escola não passam de sintomas de uma crise muito maior e profunda; que temos de enfrentar essa raiz combatendo cada uma de suas manifestações concretas; que a luta pela preservação e aumento das verbas deve fazer parte da mobilização mais ampla contra os ataques da burguesia sobre os explorados; que é preciso defender o financiamento integral da Educação pelo Estado; que não podemos abandonar a defesa do caráter público, gratuito, para todos e em todos os níveis da Educação; que esta deve ser vinculada à produção social e sob controle dos estudantes e trabalhadores; é urgente a convocação das assembleias, para colocar em pé a resistência coletiva, com o método da ação direta, em defesa dos empregos, salários, direitos e condições sanitárias!